

Dívida interna, problema para o próximo governo

O conhecimento detalhado das contas governamentais e do setor público; o exame, junto aos credores internos, de um acordo comum que salvaguarde seus interesses; uma renegociação que envolva o alongamento de prazos e propicie um alívio financeiro às estatais, de tal modo que elas não fiquem ainda mais endividadas; a desmobilização dos ativos da União — os quais são compostos em cerca de 70% por participações acionárias em empresas estatais: são estas as principais sugestões do economista da FGV, Paulo Rabello de Castro, que entende ser a dívida interna do setor público um dos principais problemas econômicos a ser atacado pelo governo no próximo ano.



De acordo com o redator-chefe da Carta de Conjuntura do Ibre, com uma renegociação equilibrada dos débitos públicos poder-se-ia estudar uma troca de endividamento por participações acionárias, "o que, na prática, acarretaria uma desestatização gradual e salutar da economia, além de maior participação de todos os brasileiros no capital acionário das companhias estatais". Nessa mesma linha de raciocínio, Rabello de Castro vê até mesmo como possível que uma parte crescente do serviço de nossa dívida externa venha a ser substituída por participações mi-

noritárias em empresas nacionais, "estatais ou privadas".

DÍVIDA PRESSIONA JUROS

"O Brasil necessita de menos credores — tanto a nível interno quanto externo — e mais sócios", afirma o economista. Internamente, a dívida pública — da ordem de Cr\$ 100 trilhões —, que vem sendo rolada, exerce contínua pressão sobre as taxas de juros. Por outro lado, a participação do setor público nos empréstimos junto ao setor privado mais do que duplicou nos últimos quatro anos. Em 1980, o setor público era responsável por 24% dos financiamentos privados, enquanto que, este ano, as estimativas são de que já atinja quase 60%. No entender de Rabello de Castro, não há sinais de alteração neste quadro, "a menos que ocorra uma ampla renegociação da dívida interna, precedida pelo saneamento do setor público".

Na área social, "o espírito deve ser o mesmo", pondera o economista. Ele preconiza menos reivindicações em termos salariais e maior participação dos trabalhadores nos lucros de sua empresa. A seu ver, o primeiro passo nesse campo consiste na promoção de uma radical reformulação do PIS — "uma vez que esse instrumento não permite uma real participação do trabalhador nos resultados da empresa" —, além dos adicionais de produtividade. Tais recursos seriam usados como capital de giro nas companhias e os dividendos seriam distribuídos aos funcionários.

PACTO SOCIAL

"Com disposição e coragem, o Brasil poderá terminar 1985 com uma inflação não de 120, mas de 20%", afirma Rabello de Castro. A seu ver, a concretização do Pacto Social defendido pelo candidato Tancredo Neves poderá amainar a disputa por uma maior fatia do bolo. "Mas só se for antecedida por um pacto semelhante no âmbito do próprio Governo", sustenta o economista. Para que aja uma evolução sustentável da economia em 1985, tornam-se necessários novos investimentos, a taxas de juros compatíveis com a rentabilidade empresarial. No momento, os empresários estão promovendo reajustes de preços e não aumentos correspondentes em termos de produção. "A reação dos empresários em face da inflação está na proporção direta de sua confiança em um crescimento econômico sustentável", salienta.

Rabello de Castro evidencia sua preocupação quanto ao excesso de liquidez na economia, em face de uma inflação descontrolada. Esse excesso seria causado, em seu entender, pela liberação de recursos que impulsionam os gastos, a exemplo dos bônus do BNH — da ordem de Cr\$ 1 trilhão; abonos salariais; trimestralidades; devoluções de Imposto de Renda etc. "Tudo isso, somado, representa um enorme aumento no consumo que desdiz — ao menos em parte — o enorme esforço de ajustamento empreendido em 1984 por empresas e famílias brasileiras", conclui.